



10/07/2012 01h28

Evolução da Greve nas Instituições Federais de Ensino Superior

Elói Martins Senhoras *

Similar a outros contextos de greve, o segundo quartil do ano registrou uma série de mobilizações por parte de servidores públicos, a partir dos meses de maio e de junho, que tem o objetivo de reivindicar canais de negociação com o governo federal para eventual reajuste salarial até o dia 31 de Agosto, que é a data limite para o Congresso Nacional votar e incluir os futuros gastos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2013.

Neste contexto, a greve dos professores do ensino superior que se iniciou em 17 de maio de 2012 continua sem data para encerrar, de maneira que o mês de julho abre o caminho para dois meses de uma paralisação que se difundiu em território nacional entre as instituições federais compostas por universidades e institutos de ensino tecnológico em função da inexistência de abertura de canais de negociação por parte dos Ministérios da Educação (MEC) e do Planejamento (MPOG).

Iniciada como uma manifestação exclusivamente docente, diferentemente de outras greves anteriores, com o passar das semanas e os debates dentro dos muros da academia, houve a mobilização dos corpos de servidores tecno-administrativos e de discentes, de maneira a condensar massa crítica à difusão generalizada da greve para todo país, de tal maneira que na primeira semana de Julho é registrada uma adesão majoritária das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) equivalente a 96% do número total existente.

A despeito da baixa veiculação nos canais de comunicação e dos esforços governamentais para abafar as greves dos servidores públicos que começam a pipocar no Poder Executivo, por meio da concessão de benefícios não pagos, previamente acordados em 2011, houve uma crescente deflagração de paralisação nacional das IFES que hoje repercute em uma histórica greve da academia devido à magnitude dos números absolutos e relativos, que acontece em função, tanto de razões estruturais, quanto, conjunturais.

De um lado, existe um descaso estrutural de longa duração na política governamental brasileira com a área de educação por parte dos policymakers, os quais a interpretam, apenas, como um gasto, desconsiderando sua característica como investimento, na qual a taxa de retorno educacional equiparar-se-ia, segundo especialistas, à taxa de retorno do investimento produtivo, nos patamares entre 10% a 20%.

Destarte, surge a principal reivindicação dos docentes com a revisão do plano de carreira e a consequente equiparação salarial entre as carreiras docentes de Magistério Superior (MS) e do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) com as carreiras de ciência e tecnologia do Poder Executivo, uma vez que o atual modelo não permite uma evolução satisfatória do professor ao longo da profissão, no qual o piso salarial para o professor com dedicação de 20 horas, R\$ 557,51 está abaixo, até mesmo, do próprio salário mínimo.

Atrelada à demanda corporativa de reestruturação da carreira, o movimento grevista foi decisivo para mobilizar a opinião pública para uma campanha de alocação de recursos até 2020 equivalente a 10% Produto Interno Bruto (PIB) do país em benefício da educação, em comparação ao atual patamar que é de aproximadamente 4%, repercutindo, assim, na aprovação pela Câmara do Plano Nacional de Educação, que segue para o Senado e ainda depende de sanção ou eventual veto presidencial.

De outro lado, existem problemas conjunturais oriundos da expansão do ensino superior público por meio do REUNI, a qual impactou, praticamente, na duplicação do número de campi de universidades e no surgimento de uma série de novos institutos federais, porém sem um correspondente aumento do número de professores ou mesmo das obras de infra-estrutura, o que tem impactado na precarização das condições de trabalho e de ensino-aprendizagem.

A falta de uma política estratégica para a educação superior no Brasil tem impactado na sua precarização, de maneira que tem conduzido a uma fuga de cérebros das IFES, os quais têm migrado para carreiras mais valorizadas e que permitem uma evolução profissional mais satisfatória, tanto, nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ou mesmo, em universidades ou centros de pesquisa no exterior.

Com base nestas discussões, observa-se que a estratégia do governo federal de não abrir canais de diálogo com o movimento grevista das IEFs somente tende a prejudicar os alunos e as futuras condições de trabalho dos servidores da educação superior, reendogeneizando uma lógica na qual as paralisações tenderão a ultrapassar os cem dias, tal como foi sistematicamente registrado pelo histórico das greves das décadas de 1980, 1990 e 2000, no qual ambas as partes terão que fazer concessões.

*** Economista e cientista político. Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com. Outros artigos o autor disponíveis em: <http://works.bepress.com/eloi>**

Copyright © 2008 - Folha de Boa Vista - Todos os Direitos Reservados